

938

MARCELLO
CAETANO

NA VÊSPERA DE ELEIÇÕES

«CONVERSA EM FAMÍLIA»

TRAVÉS DA

ELEVISÃO

BRO DE 1973.

I. 1175

15-9-73

MARCELLO CAETANO

NA VÉSPERA DE ELEIÇÕES

«CONVERSA EM FAMÍLIA»
PROFERIDA ATRAVÉS DA
RÁDIO E DA TELEVISÃO
EM 27 DE SETEMBRO DE 1973.

SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO

1973



INCORPORAÇÃO

574
H.N.S.
574

NA VÉSPERA
DE EFICÁCIA

INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Completam-se hoje cinco anos desde que assumi o encargo da chefia do Governo.

Recordo que, em ambiente de completa calma no País, embora também de manifesta emoção, o Senhor Presidente da República procedeu à consulta do Conselho de Estado e das entidades políticas representativas, antes de resolver a nomeação que constitucionalmente é da sua competência.

Afastado da vida pública, aceitei as graves responsabilidades que então me foram oferecidas porque os termos do convite e as circunstâncias do momento me criaram grave problema de consciência. Recusar, seria negar-me a servir o meu país em hora extremamente difícil. Um acto de comodismo — ou de cobardia. Aceitei, por isso, embora sublinhando que não possuía remédio milagroso para nenhum problema nacional: só podia prometer todo o trabalho necessário e a maior devoção possível para cumprir os deveres do cargo. Tenho feito quanto em minhas forças cabe para cumprir a promessa.

Desde 1968 tem havido todos os anos neste dia uma cerimónia pública de cumprimentos que aproveito para, em discurso, dar balanço à situação política.

Hoje, porém, preferi reservar as reflexões que a data me sugere para uma conversa com todos os portugueses — uma destas «conversas em família» que periodicamente mantenho aproveitando os recursos da rádio e da televisão.

Desejaria passar em revista alguns aspectos da governação dos últimos anos, para depois examinar as perspectivas próximas futuras da Nação portuguesa.

Mas o tempo que levaria a fazê-lo seria excessivo para a atenção dos ouvintes. Terei de limitar-me a alguns temas de maior actualidade. Mesmo assim a conversa de hoje terá, decerto, extensão superior à habitual. Farei o possível por não a tornar desmasiadamente fastidiosa.



Já lembrei que fui investido constitucionalmente nas funções que exerço. E quero agora sublinhar que tenho procurado sempre governar de acordo com a Constituição.

Um ano depois de assumir o Poder terminava a nona legislatura da Assembleia Nacional. Assim, em Outubro de 1969 teve lugar a eleição geral de deputados a que concorreram em Lisboa quatro listas, enquanto nos restantes distritos foi disputada por duas ou três.

Quando leio agora em certa imprensa estrangeira a afirmação, inspirada por determinados exilados, de que as eleições de 1969 foram uma burla e não sei que mais, pasmo por ser possível a tão curta distância dos factos falseá-los com tamanho descaramento.

Estão aí, por todo o País, os milhões de portugueses que assistiram então à campanha eleitoral e ao acto do sufrágio. Que se lembram da correcção com que decorreram uma e outro. Que sabem que todas as listas puderam designar delegados para fiscalizar nas mesas as urnas e o escrutínio. Que atestam não ter havido protestos importantes e haverem sido acolhidos os resultados, por todos, como genuínos e dignos de consideração.

Uma chusma de jornalistas estrangeiros caíu aqui para seguir as reuniões da campanha e assistir às eleições. Farejavam escândalos e irregularidades. Como as não houve, calaram-se quase todos, comentando que coisas normais não constituem notícia.

E no processo da eleição encontram-se arquivadas declarações espontaneamente prestadas por escrito por delegados das listas da oposição nalgumas mesas de voto, a congratular-se com a correcção com que todas as operações tinham decorrido.

As eleições de 1969 foram um acto sério que deu ao Governo uma vitória indiscutível e, diga-se a verdade, indiscutida.

Se as listas da oposição não venceram em nenhum distrito, a culpa não foi do Governo, que serenamente admitia até que num ou noutro caso essa vitória pudesse acontecer. O que o Governo não podia era dar-lhes os votos que lhes escassearam.

Nada autoriza, pois, os grupos da oposição a afirmar que as eleições em Portugal não são sérias e que não vale a pena disputá-las.

Isso é apenas uma maneira de encobrir a sua falta de força para vencer pelos processos democráticos.

Agora até vejo atacado o recenseamento eleitoral por não conter tantos nomes quanto seria desejável.

Os telespectadores têm verificado todos os anos a insistência com que neste mesmo «écran» se incita os cidadãos a inscreverem-se nos cadernos eleitorais.

No nosso Direito o recenseamento dos eleitores faz-se por duas maneiras: através da inscrição oficiosa e mediante requerimento dos interessados.

A inscrição oficiosa, isto é, por iniciativa das comissões recenseadoras, vai até onde pode ir, mas tem muitas limitações.

Por isso se torna tão importante a iniciativa dos cidadãos ao requerer que sejam inscritos: e eu próprio este ano lembrei, aqui, ser ano de eleições e a necessidade de se recensear o maior número possível de pessoas.

Como não há o costume de participar aos funcionários recenseadores as mudanças de domicílio, acontece que todos os anos se torna um problema, sobretudo nestes tempos de emigração, saber quem está onde estava no ano anterior, e quem se deslocou ou mudou.

Com todas estas dificuldades o recenseamento tem sido constantemente melhorado e está em estudo uma reforma que, com auxílio de computadores, permite ensaiar um censo quase perfeito.

Este ano, e apesar da sangria emigratória, conseguiu-se a inscrição, na metrópole, de mais cerca de 280 000 eleitores, ultrapassando-se o número de dois milhões no total.

Há quarenta anos havia apenas escassos quinhentos mil — era a herança da primeira república —, quinhentos mil e não um milhão e quinhentos mil como por lapso alguns jornais publicaram.



Vai iniciar-se a campanha eleitoral para as novas eleições e já se definiram posições.

Sempre foi meu desejo que dentro do regime se expressassem as correntes de opinião que as circunstâncias justificassem.

Digo dentro do regime, para significar que considero indispensável a uma sã vida política a aceitação por todos os que nela queiram participar pelos modos legais de uma base comum: o respeito da Constituição política e dos seus princípios fundamentais.

O mal das oposições de há muito neste país é que os grupos oposicionistas não se apresentam como defensores de soluções alternantes dentro do quadro constitucional existente: mas como contestadores globais da Constituição e da ordem económica e social dela decorrente.

Em 1969 procurei incluir nas listas da União Nacional candidatos que, aceitando a Constituição, divergissem de soluções concretas no governo e na administração: foi a experiência dos deputados depois chamados liberais. E a seguir favoreci a formação de associações que, a partir do estudo das realidades portuguesas, pudessem preconizar soluções novas para os problemas.

O País teve assim a possibilidade de assistir à revelação de nomes novos e de apreciar as suas ideias. Parece-me que fiz da minha parte o que me cabia. Essas pessoas, não querendo agora colaborar, embora com independência, com a Acção Nacional Popular, estavam em condições de se apresentar ao sufrágio para tentar fazer na Assembleia Nacional, mas com a autoridade dos seus votos, o que tinham começado com os votos dos próprios eleitores affectos ao Governo. Não o fizeram, e sinceramente tenho pena.

Alguns, porém, aceitaram figurar nas listas da Acção Nacional Popular na posição de independência que sempre tiveram. E são bem-vindos.

Quem apareceu então a formar, em muitos distritos, as listas da chamada «oposição democrática»?

Democratas autênticos? As suas origens e as suas declarações deixam sérias dúvidas de que o sejam, no sentido tradicional, que é diferente da democracia totalitária ou popular praticada nos países encobertos pela cortina de ferro.

As declarações que vêm sendo feitas desde o Congresso de Aveiro e agora são reiteradas nos primeiros papéis distribuídos em Lisboa, não deixam dúvidas sobre o pouco interesse que a esses candidatos merece o acto eleitoral em si.

Anunciam logo o seu desprezo pelas eleições que, segundo eles, não conduzem a coisa nenhuma de útil — porque para esses senhores só seria útil a instauração de um regime como o de Cuba ...

Por mim também estou convencido de que o eleitorado português colocado perante as listas que a oposição lhe oferece, não optará, no mais livre dos sufrágios, pelas pessoas que as compõem e pelos princípios revolucionários que representam.

Mas, segundo sempre os papéis por aí distribuídos, se as eleições em si não interessam, para que é que a oposição apresenta candidatos?

Apenas para aproveitar as facilidades da campanha eleitoral. Para durante a campanha criar um clima de agitação, de reivindicação, de luta, um clima pré-revolucionário, senão revolucionário, em que se destaca o propósito de preconizar o que chamam «fim da guerra colonial», ou seja o abandono imediato do ultramar e a sua entrega aos movimentos terroristas.

Cria-se assim ao Governo uma situação delicadíssima.

A campanha eleitoral é uma actividade preparatória do sufrágio. Os candidatos fazem campanha, isto é, procuram convencer os eleitores a votar neles e nos princípios que defendem.

Não é lícito anunciar que se vai aproveitar a campanha sem a intenção de disputar seriamente as eleições. Foi para chamar a atenção para este ponto que há dias saiu o decreto-lei que comina sanções para aqueles que façam a campanha eleitoral e depois se recusem a apresentar-se ao sufrágio.

E entre parêntesis deixem-me dizer-lhes que, se eu ainda me admirasse por alguma atitude de má fé na propaganda que por esse mundo se faz contra Portugal, seria caso para ficar surpreendido por ver num conspícuo jornal

de um país onde para se ser candidato a deputado é preciso depositar uma caução correspondente a cerca de dez contos na nossa moeda, caução que o candidato perde se não obtiver pelo menos a oitava parte dos votos expressos no seu círculo —, a afirmação de que o decreto-lei publicado em Portugal era uma violência destinada a afastar os candidatos da oposição! Imagine-se: queremos afastar os candidatos quando se estabelece que sofrerão certas consequências (aliás benignas) se não se apresentarem ao sufrágio! Que diriam se a lei tivesse exigido, para se ser candidato, a caução que na Inglaterra ou na França os interessados são obrigados a depositar!

Mas a situação delicada do Governo em que eu lhes falava resulta do facto de esses candidatos, afirmando que não acreditam nas eleições, de harmonia aliás com a linguagem de extrema-esquerda que usam, anunciarem o seu propósito de virar tudo, «com urnas ou sem urnas», e de para esse efeito aproveitarem as facilidades da campanha.

Arriscamo-nos, pois, a ter pela frente grupos de agitação e propaganda ligados a movimentos bem conhecidos de intenções subversivas que, a coberto do pretexto eleitoral, desenvolvam actividades revolucionárias.

E daí o dilema. O Governo quer manter a legalidade e pretende que a campanha eleitoral decorra dentro de certas regras que, assegurando a liberdade de expressão e comunicação a todas as listas, não permita choques entre os seus partidários nem alteração da vida normal. A polícia, no exercício das suas funções, mesmo sem ter de consultar o Governo, evita actos de perturbação da ordem pública

ou procura sustar manejos anticonstitucionais e antipatrióticos. E logo, cá dentro e lá fora, se erguerá o coro de protestos porque não é livre a campanha eleitoral, as eleições não são livres, isto é tudo fachada e fascismo ...

O Governo cruza os braços, manda às autoridades que fechem os olhos a todas as ilegalidades e a todas as perturbações, deixa que nas ruas e por todo o lado se pratiquem excessos e se lancem desafios, e aí temos conseguido o objectivo confessado de desencadear, pelos mais variados processos, uma agitação que se não sabe onde irá parar.

Sobretudo, porque é inegável a conivência destes ardorosos partidários do abandono do ultramar com os movimentos terroristas que lá atacam Portugal.

Em África até hoje nunca os terroristas por si só conseguiram vencer a resistência das populações pretas ou brancas que portuguesas são e se confessam.

Apesar do apoio militar cubano, russo ou chinês, apesar do dinheiro que lhes é dado por suecos, noruegueses ou dinamarqueses, apesar da simpatia actuante dos partidos comunistas, socialistas e cristãos-democratas e da respectiva imprensa, os movimentos terroristas em África não conseguiram ainda coisa nenhuma — senão inventar a mentira dos territórios «libertados».

Mas se aqui na metrópole, ajudados pela orquestração da imprensa que no estrangeiro lhes é favorável, e decerto pelo dinheiro que os seus amigos não pouparão, os movimentos terroristas da Guiné, de Angola e de Moçambique conseguem tribunas de propaganda, liberdade de acção

e lançar a confusão nos espíritos, então, sim, é uma vitória importante a registar por eles.

Dessa maneira eu pergunto se, embora disposto a continuar a examinar friamente, analiticamente, como sempre tenho procurado fazer, o problema do ultramar — é possível ao Governo deixar infiltrar aqui o inimigo para este realizar uma campanha derrotista — para fuzilar pelas costas os soldados que se batem no ultramar.

Hoje as guerras já não são como foram as de 1914 ou de 1939 — travadas por grandes exércitos, em batalhas onde se defrontem massas enormes de homens e de material. Hoje é o tempo da guerra subversiva, conduzida por guerrilhas e tecida de pequenos golpes, às vezes visando mais o efeito psicológico do que os progressos tácticos, e na qual a desmoralização do adversário constitui objectivo essencial. Resistir nesta guerra é meio caminho andado para vencer: nunca foi mais verdadeiro o princípio de que é vencido aquele que primeiro a si próprio se considerar vencido.

Nas guerras clássicas os países em luta tomavam as suas precauções contra a espionagem, a traição, os manejos derrotistas do inimigo. Seria impensável na Grã-Bretanha, durante a guerra, que houvesse eleições nas quais aparecessem partidos favoráveis ao inimigo a preconizar a rendição.

Pois nas lutas subversivas é ainda muito mais perigosa a infiltração do inimigo na retaguarda — que aliás já se deu. E muito mais grave dar-lhes liberdade de acção.



Assim é que, ao concluir cinco anos de governo, estou cheio de preocupações.

Não quero impor-me ao País. No dia em que os portugueses entenderem ser tempo de me libertarem deste tremendo fardo que pesa sobre os meus ombros, alegremente voltarei à minha vida, com a consciência de ter procurado cumprir, em circunstâncias difícilimas, o meu dever.

Mas quando tomo contacto com o povo, com a gente anónima com quem informalmente me encontro, vejo, com irreprimível comoção, que existe um ambiente de adesão e de confiança no Governo que este não pode trair.

Sem uma expressa e clara manifestação de vontade popular o Governo não pode deixar de seguir a orientação que tem seguido nos grandes problemas nacionais.

Desejo, com a maior sinceridade, que o acto eleitoral seja precedido de uma campanha correcta, em que sejam respeitadas regras fundamentais de convivência pacífica e de discussão serena.

Nas alterações já sob o meu governo introduzidas na lei eleitoral que permitiram a formação das comissões eleitorais de apoio às candidaturas, dispôs-se que estas comissões deveriam prestar aos governadores civis a colaboração que lhes fosse solicitada para assegurar a regularidade e a correcção de toda a actividade que respeita ao período eleitoral.

Os governadores civis, a quem compete em cada distrito velar pelo bom encaminhamento das operações

eleitorais, têm, pois, de procurar um clima de franco entendimento com as comissões de apoio aos candidatos, mas estas hão-de também procurar no diálogo com as autoridades as soluções convenientes.

O Governo tem a obrigação de proporcionar todas as facilidades para que o acto eleitoral venha a constituir uma séria manifestação da vida nacional.

Mas ninguém lhe pode exigir que, por boa fé excessiva, aceite um jogo em que os parceiros desde logo digam não quererem jogar segundo as regras, mas apenas aproveitá-las para fazer batota — e uma batota que neste caso é a revolução social e o abandono do ultramar.

Como vamos sair disto?



Cinco anos de governo!

Quando em 1968 assumi o Poder não faltou quem dissesse que recebia a mais pesada herança da História de Portugal.

Não sei se era ou não. Mas foi com certeza, por todos os motivos, uma herança difícil.

Louvado Deus, conseguimos vencer as dificuldades imediatas e andar para diante.

Foram cinco anos de muito trabalho, de muita canseira, de preocupações sem conta.

Havia em 1968 quem afirmasse que não era possível com a defesa do ultramar conduzir internamente uma acção enérgica de fomento económico e de promoção social.

Ousadamente procurei demonstrar o contrário. A defesa do ultramar não afrouxou, e apesar disso arrancou-se para novas e grandiosas iniciativas de fomento capazes de dentro de poucos anos alterarem a fisionomia económica e social do País, fez-se uma política de extensão e melhoria da previdência e de promoção da condição económica e social dos trabalhadores, está em curso uma grande reforma educativa que eu não desejo neutra nos seus propósitos mas ao serviço dos ideais da Nação portuguesa.

E tudo isto tem sido feito sem facilidades, contra ventos e marés. Num clima internacional de alta de preços e de perturbação monetária, numa conjuntura nacional de escassez de mão-de-obra e de tensões sociais, num esforço permanente de luta diplomática e de informação contra a conjura formada para que abandonemos o ultramar.

Acho graça a certos papéis da oposição que acusam o Governo de seguir a política do estrangeiro. Nós, que dia a dia fazemos frente a invectivas, a golpes, a manobras do estrangeiro — a fazer o jogo dele! E esses senhores que, em vez de aceitarem a solução nacional para os nossos problemas, andam de mãos dadas com as internacionais comunista ou socialista, como secções delas, às ordens delas, dispostos a cumprir docilmente as suas instruções quanto ao ultramar, como no resto, eles, é que são os pimpões da independência nacional em face do estrangeiro!

Pois, pelo contrário, se há alguma coisa de que me possa orgulhar é o de termos dado novo impulso à vida

do País e aberto novas perspectivas à sua economia sem auxílio de governos estrangeiros e sem submissão a grandes interesses internacionais.

Temos aceite a colaboração que com tanta insistência e empenho nos é oferecida por estrangeiros quando isso convém a Portugal — e nem hoje em dia é possível a um País fechar-se totalmente num nacionalismo estreito. Mas não mendigámos ajudas nem nos entregámos sem defesa. E repito, singramos no meio de hostilidades nascidas justamente de querermos seguir pelos nossos próprios caminhos — e não estarmos dispostos a ceder aos caprichos dos outros.

E com os nossos recursos vamos prosseguindo tendo sempre presente o interesse do povo português, e só esse. Daí só nos tem resultado, aliás, o respeito e a consideração dos governos amigos.

Nestes dias o País pôde ter notícias de vários passos dados em frente.

É a gratuidade do ensino dos dois primeiros anos dos liceus ou das escolas técnicas, a seguir à do ciclo preparatório — o que, para além da escola primária, proporciona quatro anos de ensino gratuito às crianças.

É uma série de melhorias das pensões de invalidez e velhice pagas pelas instituições de previdência e também de providências para ajuda de situações familiares difíceis, em caso de doença ou de existência de crianças deficientes.

É o anúncio do quarto Plano de Fomento com as suas rasgadas perspectivas para os próximos seis anos.

É a comunicação, que hoje me foi feita, do início dos trabalhos da construção das auto-estradas no próximo dia 1 de Outubro com antecipação sobre a data contratual.

Notícias que não são excepcionais, porque se inserem num ritmo de realizações a que o País já se acostumou.

Como creio que já se acostumou a que o Governo não se fique em palavras e muito menos em promessas: o Governo tem dado provas da sua capacidade de acção, o Governo apresenta no seu activo as coisas feitas ou que está a fazer. Não são devaneios nem teorias, nem fantasias: são actos. Claro que é muito mais fácil prometer mundos e fundos, e criticar o que os outros fazem. Mas a maioria das pessoas saberá distinguir entre a gritaria dos charlatães e a seriedade do trabalho eficaz.

O caso é que não percamos o instinto de sobrevivência e saibamos continuar a ser — uma Nação.



Reuni este ano, como nos anteriores, os textos em que fui formulando reflexões de interesse para os portugueses num volume a que pus o título de — *As grandes opções*.

De facto. Estamos num momento muito delicado da vida nacional. Em que há que tomar opções decisivas. Optar por continuar um regime que em tantos aspectos se tem revelado adaptado às necessidades do País, ou implantar outro a caminho do desconhecido. Optar por perseverar na construção de soluções nossas, de acordo com as realidades, para os problemas a resolver aqui e no

ultramar, ou adoptar as soluções que o estrangeiro nos queira impor, com a catástrofe em África e a redução de Portugal na Europa a um cantão da península Ibérica. Optar pelos homens que sem ambições pessoais se dispõem a servir a Pátria, ou por outros que se preparam para fazer as contas dos seus ódios, dos seus ressentimentos e dos seus recalques, de mistura com muita utopia, muito primarismo ideológico, muito aventureirismo irresponsável.

Grandes opções!

Pensem os Portugueses nelas. Nem é preciso muito saber para decidir. Porque hoje os campos são tão separados, os caminhos são tão divergentes, os destinos são tão marcados, as experiências alheias tão claras, que bastam o instinto e o bom senso para optar.

E eu não acredito que o instinto dos homens os leve à sua perdição. Nem que se tenha perdido o bom senso nestas velhas terras de Portugal.

Composto e impresso nas
oficinas gráficas de S. E. I. T.
lisboa — Outubro de 1973



NB



EFG0000513006

S.N